

Índice de inconstitucionalidade de leis em São Paulo chega a 89% em 2022

24/03/2024

*Reportagem publicada no *Anuário da Justiça São Paulo 2024*, lançado nesta segunda-feira (18/3). A versão digital é gratuita, acesse pelo site do *Anuário da Justiça* ([clique aqui para ler](#)). A versão impressa está à venda na Livraria ConJur ([clique aqui](#)).

Encontrar os limites de atuação do Poder Legislativo e do Poder Executivo em políticas públicas e decisões administrativas é a principal competência do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo. Esta tarefa é exercida no julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs), propostas pelo governador, prefeitos, Assembleia Legislativa, Câmaras Municipais, Ministério Público, partidos políticos e associações de classe e empresariais contra normas aprovadas.

Em 2022, o Órgão Especial colocou em pauta 1.030 ADIs. No mérito, foram julgadas 911 – 30% a mais do que no ano anterior, seguindo a tendência geral desse tipo de demanda. O estado e 320 municípios tiveram leis questionadas na corte.

O índice de inconstitucionalidade das normas chegou a 89%, no todo ou em parte: 810 ADIs procedentes e 101, improcedentes. O mesmo índice foi constatado em 2021, menor apenas do que os 90% de inconstitucionalidade de 2012, ano em que o *Anuário da Justiça São Paulo* publicou pela primeira vez este *ranking*.

Para se ter uma ideia, no Supremo Tribunal Federal, o índice de inconstitucionalidade foi de 67,5%, em 2022. Ao todo, os ministros julgaram 382 ADIs no mérito – 257 delas procedentes no todo ou em parte.

Em São Paulo, o município para o topo do *ranking* de julgadas, apenas cinco tiveram desembargadores. O principal numa clara disputa política proposta pelo Psol e duas, Paulo.

PROCESSOS	2022				2023 (JAN-JUN)			
	PRIVADO	PÚBLICO	CRIMINAL	TOTAL*	PRIVADO	PÚBLICO	CRIMINAL	TOTAL*
Distribuídos	586.854	186.038	188.801	961.693	329.532	90.688	98.933	519.153
Julgados	590.888	199.918	196.052	986.858	317.389	93.758	94.219	505.366
Acervo	206.670	38.930	31.152	276.752	218.688	38.807	35.258	292.753
Sobrestados	47.907	11.123	3	59.033	49.333	10.418	1	59.752

*Não considera processos da Câmara Especial e do Órgão Especial. Fonte: TJ-SP em 10/08/2023

Uma das leis questionadas tratava do plano de prevenção aos impactos da covid-19 na economia local, em que o Poder Legislativo autorizava o Executivo a conceder incentivos fiscais por decreto. De acordo com o Órgão Especial, decreto de prefeito não pode conceder isenções e incentivos. Para isso, é necessária a edição de lei específica. O STF (ADI 1.247) já firmou entendimento de que é vedado ao Legislativo conferir essa prerrogativa ao Executivo, sob pena de ofensa aos princípios da separação de poderes e da reserva constitucional de competência legislativa.

O passe livre no transporte público aprovado pelos vereadores da cidade para pacientes pré e pós-transplante e a gestantes carentes também foi derrubado pelo TJ-SP. A iniciativa parlamentar invadiu a competência do prefeito, a quem cabe fixar o valor dessas tarifas. Os desembargadores destacaram ainda o fato de as isenções terem sido definidas sem estimativa do impacto orçamentário, o que é vedado. A criação de despesas deve vir acompanhada da indicação de recursos para custeá-las, reforça a decisão.



Anuário da Justiça São Paulo foi lançado nesta semana

Este entendimento da corte não é novo e, inclusive, foi ratificado pelo STF em 2019, com base no artigo 113 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), incluído pela Emenda Constitucional 95/2016.

Outro tema recorrente nos julgamentos do Órgão Especial é a criação de cargos em comissão. Na ADI contra a lei de São José do Rio Preto que criou diferentes cargos para a Sema (Serviço Municipal de Água e Esgoto), a corte reafirmou que cargos técnicos só podem ser preenchidos por servidores públicos. Na decisão, citou a tese de repercussão geral do STF firmada no Tema 1.010, que pacificou a questão.

Em segundo lugar no ranking de 2022, ficou Itapeverica da Serra. Foram 34 leis contestadas e 32 delas reprovadas pelo Órgão Especial, no todo ou em parte. A cidade de Santo André também teve 34 leis em julgamento, mas o índice de procedência das ações foi menor, de 79%, o que a levou ao 3º lugar no ranking.

O Ministério Público de São Paulo é o maior autor de ADIs no estado. Em 2022, teve êxito em 94% das ações: das 434 propostas, apenas 25 foram julgadas improcedentes pelo Órgão Especial. Em entrevista ao **Anuário da Justiça**, o procurador-geral de Justiça, Mario Sarrubbo, disse que o MP-SP tem atuado “para afirmar a constitucionalidade de leis que asseguram e concretizam direitos sociais fundamentais impugnadas sob o espectro da violação a separação de poderes, bem como para declarar a inconstitucionalidade de leis que criam abusivamente cargos em comissão, instituem tributos indevidamente, reajustam subsídios de agentes políticos eletivos dentro da legislatura, ou ainda por omissão na fixação de percentual de cargos em comissão reservados a servidores de carreira, nas quais obtemos expressivas vitórias, inclusive na construção de teses em repercussão geral como os temas 1.010 e 970, este último referente à constitucionalidade de leis que vedam sacos e sacolas plásticas”.

Os prefeitos são quem mais respondem às ADIs (459), seguidos pela Mesa Diretora das Câmaras Municipais (436).

ANUÁRIO DA JUSTIÇA SÃO PAULO 2023 | 2024

13ª Edição

ISSN: 2179244-5

Número de páginas: 332

Versão impressa: R\$ 50, pré-venda na [Livraria ConJur](#)

Versão digital: disponível gratuitamente, a partir de 18 de março de 2024, no app “Anuário da Justiça” ou pelo site [anuario.conjur.com.br](#)

Anunciaram nesta edição:

Abreu Sampaio Advocacia
Adilson Macabu e Nelson Pinto Advocacia
Advocacia Rubens Ferreira e Vladimir Oliveira da Silveira
Antonio de Pádua Soubhie Nogueira Advocacia
Apamagis – Associação Paulista de Magistrados
Areosa, Martins, Tavares Advogados
Arruma Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica
Ayes Britto Consultoria Jurídica e Advocacia
Basilio Advogados
Bialski Advogados Associados
Bottini & Tamasauskas Advogados
Caselli Guimarães Advogados
Cesa – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados
D’Urso & Borges Advogados Associados
Décio Freire Advogados
Dias de Souza Advogados
Fernando José da Costa Advogados
Fidalgo Advogados
Fontes Tarso Ribeiro Advogados Associados
Fux Advogados

MOVIMENTO PROCESSUAL DA SEGUNDA INSTÂNCIA

PROCESSOS	2022				2023 (Jan. - Jun.)			
	PRIVADO	PÚBLICO	CRIMINAL	TOTAL*	PRIVADO	PÚBLICO	CRIMINAL	TOTAL*
Distribuídos	586.854	186.038	188.801	961.693	329.532	90.688	98.933	519.153
Julgados	590.888	199.918	196.052	986.858	317.389	93.758	94.219	505.366
Acervo	206.670	38.930	31.152	276.752	218.688	38.807	35.258	292.753
Sobrestados	47.907	11.123	3	59.033	49.333	10.418	1	59.752

*Não considera processos da Câmara Especial e do Órgão Especial

Fonte: TJ-SP em 10/8/2023

MOVIMENTO PROCESSUAL DA SEGUNDA INSTÂNCIA

PROCESSOS	2022				2023 (Jan. - Jun.)			
	PRIVADO	PÚBLICO	CRIMINAL	TOTAL*	PRIVADO	PÚBLICO	CRIMINAL	TOTAL*
Distribuídos	586.854	186.038	188.801	961.693	329.532	90.688	98.933	519.153
Julgados	590.888	199.918	196.052	986.858	317.389	93.758	94.219	505.366
Acervo	206.670	38.930	31.152	276.752	218.688	38.807	35.258	292.753
Sobrestados	47.907	11.123	3	59.033	49.333	10.418	1	59.752

*Não considera processos da Câmara Especial e do Órgão Especial

Fonte: TJ-SP em 10/8/2023



Guimarães Bastos Advogados
Helena Torres Advogados
Hesketh Advogados
JBS S.A.
Laspro Consultores
Leite, Tosto e Barros Advogados
Lemos Jorge Advogados Associados
Lollato, Lopes Rangel, Ribeiro Advogados
Machado Meyer Advogados
Marsaioli & Marsaioli Advogados Associados
Martins, Franco e Teixeira Sociedade de Advogados
Mesquita Ribeiro Advogados
Milaré Advogados
Moraes Pitombo Advogados
Multiplan
Oliveira Alves Advogados
Oliveira Lima & Dall'Acqua Advogados
PX Ativos Judiciais
Pardo Advogados & Associados
PMA – Penna Marinho Advogados
Regis de Oliveira, Corigliano e Beneti Advogados Associados
RMS Advogados – Rocha, Marinho e Sales
Sergio Bermudes Advogados
Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados
Tojal Renault Advogados
Warde Advogados
Zanetti e Paes de Barros Advogados

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-mar-24/indice-de-inconstitucionalidade-de-leis-em-sao-paulo-chega-a-89-em-2022/>